

Uma análise sócio-histórica sobre a instrumentalidade profissional no serviço social

Lindamar Alves Faermann*

Resumo

Este artigo oferece uma análise sócio-histórica sobre a instrumentalidade profissional no campo do serviço social brasileiro. Busca explicitar os elementos teóricos, técnicos e políticos presentes nesta discussão atrelados ao movimento contraditório da realidade social. O texto centra-se em duas partes articuladas e complementares. A primeira elucida o modo como a instrumentalidade foi apreendida e utilizada nos primórdios da profissão à década de 60. A segunda faz essa análise no contexto da renovação profissional à implementação das Diretrizes Curriculares de 1996, problematizando a temática na atualidade, tendo como eixo analítico a nova proposta de formação profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; instrumentalidade profissional.

A social-historical analysis about the professional instrumentality in Social Work

Abstract

This article offers a socio-historical analysis on the of professional instrumentality in the Brazilian social work field. Seeks to clarify the theoretical, technical and political elements in this discussion tied to the contradictory movement of social reality. The text focuses on two articulated and complementary parts. The first clarifies the way in which the instrumentality was seized and used in the early days of the profession at 1960's decade. The second makes this analysis in the context of professional renewal to the implementation of the Curriculum Guidelines of 1996, questioning the theme today, with the new proposal of professional formation as analytical axis.

Keywords: Social Work; professional instrumentality.

Recebido em: 04/02/2017

Aprovado em: 02/05/2017

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora da UNITAU/Universidade de Taubaté, lindafaermann1@gmail.com

Introdução

Este artigo versa sobre a dimensão técnico-operativa do serviço social, particularizando a discussão da instrumentalidade profissional. Para sua elaboração, utilizou-se a pesquisa bibliográfica¹, tendo em vista o aprofundamento teórico da temática abordada.

Ressalta-se que a dimensão técnico-operativa abarca um conjunto de elementos vinculados diretamente ao trabalho profissional. Esse conjunto é referente ao objeto - matéria prima sobre a qual incide a ação profissional; aos meios de trabalho (instrumentos, técnicas, estratégias, táticas, recursos intelectuais); ao produto-resultado desse trabalho em suas implicações materiais, ideológicas, políticas e econômicas; e, às condições e relações sociais que circunscrevem e condicionam o trabalho profissional.

Na sua composição, destaca-se, inicialmente, o modo como a instrumentalidade foi concebida e utilizada nos primórdios do serviço social à década de 60. Em seguida, procede-se tal análise no contexto da renovação profissional à implementação das Diretrizes Curriculares de 1996, elucidando as reflexões construídas sobre a temática a partir da nova proposta de formação profissional.

Parte-se da concepção de instrumentalidade como mediação, o que implica reconhecer a profissão como uma totalidade constituída pelas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, e sendo a instrumentalidade uma particularidade e, como tal, “campo de mediações, porta a capacidade tanto de articular essas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais” (GUERRA, 2000, p.12).

No primeiro caso, a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais (GUERRA, 2000, p.12-13).

Com efeito, a instrumentalidade possibilita a passagem da intencionalidade à efetividade da ação profissional, constituindo-se em um elemento potencializador da força de trabalho, isto é, para que esta entre em ação/movimento, precisa do que Marx (1968) denomina de instrumental de trabalho, ou seja, do conjunto de elementos utilizados pelo trabalhador para concretizar o seu trabalho como energia física e intelectual.

Desse modo, o contato do assistente social com a realidade, com os sujeitos (usuários) e com o seu objeto de trabalho é sempre intermediado pela instrumentalidade a qual se atribui uma dada direção. Segundo Guerra (2000, p.01), é “por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes”. A maneira como o profissional utiliza a instrumentalidade encontra-se referenciada pelos projetos e expectativas que sustentam suas práticas. Nessa direção, sua escolha e seu uso devem aliar-se à explicitação dos fins e dos significados que são buscados, e devem ser orientados por uma perspectiva teórica.

É, portanto, nos rumos da reflexão aduzida que este texto se inscreve. Seu objetivo é o de problematizar essa discussão, dirigindo-se aos assistentes sociais envolvidos com o processo de formação, inseridos na prática direta, e alunos.

O lugar da instrumentalidade: das protoformas da profissão à década de 60

Acompanhando a trajetória histórica do serviço social brasileiro pode-se dizer que, nos primórdios da profissão, os referenciais orientadores para o trabalho do assistente social, e, conseqüentemente, para o uso da instrumentalidade profissional, fundamentavam-se na Doutrina Social da Igreja Católica, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo.

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral (YAZBEK, 2009, p. 146).

Tais referenciais outorgavam ao serviço social uma herança cultural com fortes marcas confessionais, sendo concebido, conforme expressa Iamamoto (1997), como uma missão, um serviço à sociedade, que estava na dependência de uma vocação especial de seus agentes, a quem incumbiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem, bem-feito”.

Com uma concepção de homem e de mundo alicerçada essencialmente nesses referenciais, os assistentes sociais atuavam no âmbito das formas viáveis à ordem capitalista, com posicionamentos sintonizados a perspectivas afetas a um anti-capitalismo romântico, os quais dificultavam questionamentos sobre a estrutura da vida social no mundo capitalista.

No entanto, a partir da década de 40, esses postulados foram tornando-se insuficientes para orientar o trabalho dos assistentes sociais: a profissão encontrava-se imersa em um contexto nacional marcado pelo desenvolvimento da burguesia industrial. O Estado, por meio de sua política econômica, incentivava a consolidação de indústrias com vistas à expansão e à organização do mercado interno e à construção de um processo de mudança de um país de base agrícola para um país de base industrial.

O desenvolvimento da produção industrial foi acompanhado pelo aumento do processo de urbanização, de concentração da população nos grandes centros, de ampliação dos espaços de aglomeração da pobreza e pelo acirramento da questão social. O proletariado urbano que vinha se organizando desde os finais do século XIX já se manifestava como um setor emergente, exercendo pressões sobre as forças patronais, a sociedade e o Estado. Para garantir o controle social e a expansão do capital, o Estado criou políticas que o legitimaram socialmente, oferecendo respostas aos movimentos reivindicatórios.

Dada à imprescindibilidade de garantia dos níveis de produtividade, da reprodução da força de trabalho e da capacidade de consumo, essenciais para o desenvolvimento capitalista, fazia-se necessário enfrentar o processo de pauperização de segmentos da classe trabalhadora. Para tanto, as estratégias do Estado incidiram, por um lado, sobre a implementação da legislação trabalhista e, por outro, sobre a construção de um aparato institucional assistencial capaz de responder a uma parte das necessidades da população pauperizada – a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Leão XIII.

Por essa época também foram criados o Sistema S – composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) – e os Institutos de Previdência, autarquias de nível federal organizadas por áreas de trabalho.

O surgimento dessas instituições e a abertura de espaços de trabalho no âmbito estatal demandou uma atenção especializada dos assistentes sociais na operacionalização das políticas voltadas às populações urbanas, permitindo à profissão ultrapassar o estreito quadro de sua origem no bloco católico e legitimar-se no âmbito das políticas sociais e empresariais e dos setores privados da sociedade capitalista.

Foi nesse contexto, através da ocupação de um espaço na divisão social do trabalho e do assalariamento profissional, que o serviço social constituiu-se como profissão. Sua institucionalização vinculou-se às estratégias utilizadas pelo Estado para responder a refrações da questão social no contexto do capitalismo monopolista. Como parte da engrenagem das políticas sociais, mostrou-se útil ao funcionamento das instituições e ao desenvolvimento do projeto econômico burguês.

A emergência desse novo mercado de trabalho para o serviço social exigiu dos profissionais um conjunto de conhecimentos que os habilitasse a responder as necessidades engendradas nesse processo.

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista, trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (YAZBEK, 2009, p. 147).

No decurso do processo histórico, a partir das condições que configuravam a realidade brasileira e mundial, a busca de conhecimentos técnico-científicos tornou-se um requisito para a profissão. Na perspectiva de ampliá-los buscou respaldo no serviço social norte-americano incorporando seus métodos de trabalho de Caso, Grupo e, posteriormente, de Organização de Comunidade.

Nesse período, tinha-se o cuidado para que os pressupostos técnicos não sobrepujassem os doutrinários. Assim, “a preocupação com os instrumentos e as técnicas não poderia suplantar a moral cristã, deveria antes ser uma técnica com a finalidade de garantir valores morais” (SANTOS, 2006, p. 32).

Há que se notar que a aproximação do serviço social brasileiro com a experiência profissional americana foi facilitada pelo pacto estabelecido entre o presidente do Brasil, Getúlio Dorneles Vargas, e o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt. Seguindo interesses políticos, Getúlio estreitou suas relações com os Estados Unidos, integrando-se oficialmente aos seus aliados em 1942. Essa aliança redundou em consequências sociais, econômicas e políticas para o Brasil.

No âmbito do serviço social, no contexto da relação entre esses dois países, foi criado um programa de intercâmbio cultural incentivando a participação de assistentes sociais brasileiros em projetos de bem estar social. Dentro desse programa, foram previstas bolsas de estudo para que aqueles profissionais (professores dos cursos de serviço social no Brasil àquela época) se inteirassem de como vinha se estruturando o ‘social work’ nos Estados Unidos.

Destaca Martinelli (2003, p.132) que “a decorrência daquele pacto foi a mudança de eixo, em termos de linha de prática, de perspectiva de ensino e de formas de abordagem”. Ambas “ofertas inseriram-se num plano político mais amplo, configurando estratégias dos Estados Unidos para ganharem hegemonia no continente” (ibidem, p.132).

Neste momento, no processo da institucionalização da profissão no Brasil, na continuidade da vinda dos professores de seu estágio de intercâmbio, o Método de Caso foi predominante. O então denominado “Serviço Social de Caso” ou *casework* orientava-se pelas produções de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se no desenvolvimento da personalidade do sujeito com vistas à resolução de seus problemas e sua adaptação ao meio social. Richmond (1978, p.44) entendia o Serviço Social de Caso como um “processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente”.

O Serviço Social de Casos caracteriza-se pelo objetivo de fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas (HAMILTON, 1958, p. 38).

Após a II Segunda Guerra Mundial, sob a influência da hegemonia americana, as escolas brasileiras começaram a ensinar o Serviço Social de Grupo. Referendado na perspectiva funcionalista, esse método de trabalho, ainda centrado no indivíduo e no desenvolvimento de sua personalidade, buscava fortalecê-lo através da convivência grupal. Gisela Konopka, Robert Vinter e Natálio Kisnermann foram os autores mais destacados no Brasil nos estudos desse Método. Dizia Konopka (1979, p.33) que se tratava de um “método do SS que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade”.

A influência do serviço social norte-americano no Brasil, iniciada em meados dos anos 40, se fortaleceu nos anos 50 atribuindo à profissão um caráter especializado. Assim, o serviço social, que até os anos iniciais da década 40 esteve norteado pelo ideário católico, expandiu seus conhecimentos e ampliou seu campo de intervenção. Esse processo se constitui no que Yamamoto (1993) denominou como arranjo teórico-doutrinário, expressando-se pela confluência do discurso humanista cristão com o suporte técnico e científico de inspiração positivista.

Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YAZBEK, 1984, p.71).

A incorporação pelo serviço social das ideias positivistas e de sua vertente funcionalista reforçou, no âmbito profissional, o desenvolvimento de ações com viés instrumental, ou seja, ações centradas em procedimentos técnicos focados na superficialidade dos processos sociais e não nas suas determinações fundantes, as quais objetivam alterações no contexto empírico e resoluções pontuais das situações tidas como problemáticas individuais, morais ou patológicas, imperando “uma relação direta entre pensamento e ação e onde os meios (valores) se subsumem aos fins” (GUERRA, 2010, p. 10).

Por essa época, década de 50, o serviço social brasileiro introduziu o Método de Organização de Comunidade, trazido dos Estados Unidos, o qual, pela pressão desenvolvimentista se vincula a outra metodologia que vinha sendo difundida pelas Nações

Unidas, o Desenvolvimento de Comunidade, compondo o então chamado método de Desenvolvimento e Organização de Comunidade – DOC.

Ressalta-se que, na década seguinte (em razão da concentração de interesses em ações comunitárias, de uma maior atenção às políticas desenvolvimentistas, dos apoios técnicos recebidos de organizações internacionais e das parcerias desenvolvidas com os demais países da América Latina), o foco do trabalho volta-se para o Desenvolvimento de Comunidade, que passa a ser a titulação dominante da disciplina no curso de serviço social no Brasil.

O contexto no qual essa processualidade ocorre era aquele em que o projeto de expansão da industrialização do país, iniciado no governo Vargas, ganhou forças na administração de Juscelino Kubitschek de Oliveira - JK (1956-1961), sustentado pela sua política desenvolvimentista favorecedora da burguesia industrial e do capital internacional. Essa conjuntura econômico-política requisitou do serviço social novas formas de atuação frente à questão social.

Com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos 50, em plena alavancagem da *industrialização pesada*, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desbordavam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal). Donde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com assunção da abordagem “comunitária” enquanto outro processo profissional (NETTO, 2001, p. 137).

A utilização pelo serviço social brasileiro da metodologia do Desenvolvimento de Comunidade, nesse período, não ocorreu descolado de um contexto maior. Atrelado ao processo de urbanização e de ampliação do setor industrial no Brasil, a Organização das Nações Unidas - ONU, empenhou-se em sistematizar e divulgar a política de Desenvolvimento de Comunidade em países da América Latina, entre estes no Brasil.

Ammann (1982) evidencia que o Desenvolvimento de Comunidade foi institucionalizado pela ONU após a II Guerra Mundial, em um momento histórico em que as grandes potências lideradas pelos Estados Unidos e pela Rússia deflagraram a chamada Guerra Fria pela conquista da hegemonia econômica, política e ideológica de um mundo teoricamente bipolarizado.

Para a autora, a justificativa dos EUA para implementar políticas de Desenvolvimento de Comunidade nos países latino-americanos era a de que a pobreza além de ser uma ameaça social abrigava maior receptividade ao ideário comunista. Como consequência desse enfoque, a “ação desenvolvida visou predominantemente a elevação dos níveis de vida das populações rurais, concentrando-se em um trabalho marcadamente local. (BAPTISTA, 1976, p. 53).

No contexto brasileiro, a ONU voltou a sua atenção para o serviço social. A profissão foi vista como uma aliada para propagar e atingir os seus objetivos, tendo significativa presença em projetos implementados por tal organização.

Nos finais dos anos 60, a política de Desenvolvimento de Comunidade encontrava-se amplamente incorporada no Brasil. Uma das medidas mais expressivas do DC no país foi a implantação do programa “Aliança para o Progresso”. Esse Programa foi lançado nos primórdios da administração de John Fitzgerald Kennedy (1961-63) e desenvolvido nos anos subsequentes.

Neste mesmo período, final dos anos 60, o trabalho realizado pelo serviço social na perspectiva do Desenvolvimento de Comunidade começou a ser questionado. Analisando as implicações da incorporação dessa proposta pelo serviço social brasileiro, Netto (2001),

afirma que, embora o universo teórico e ideológico dos suportes originais do trabalho com o DC fosse acrítico em relação aos processos reais e não objetivasse uma ruptura com os pressupostos tradicionais da profissão, ampliou o horizonte das preocupações sociais e impulsionou a inserção dos assistentes sociais em equipes multiprofissionais.

Para esse autor, dada à natureza das experiências profissionais e dos programas em que os assistentes sociais participaram, o DC favoreceu a sua relação com “aparelhos administrativos e decisórios do Estado, situando-o ao mesmo tempo em face das novas exigências de alocação e gestão de recursos e de circuitos explicitamente políticos” (NETTO, 2001, p.138).

É nesse cenário que, segundo o autor, vão se criando as bases para a erosão das formas consagradas do serviço social tradicional registrando-se, a partir de então, uma mudança no direcionamento político profissional. Esse processo foi impulsionado pela conjuntura brasileira em largo desenvolvimento, pela tônica dada nas ciências sociais à superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina e pela ascensão do trabalho com comunidade, em um campo profissional premido pela ideologia do DC. Efetivamente, o serviço social encontrava-se diante de uma,

(...) intercorrência em que, no “espírito da época”, confluem expectativas profissionais emergentes e dados factuais que as calçam: tudo colabora para que o tom decisivo da legitimação profissional comece a girar – e realmente, ele se inflete: na plástica expressão de fino analista, o assistente social que deixa de ser um “apóstolo” para investir-se da condição de “agente de mudança”. (NETTO, 2001, p. 138)

O deslocamento das bases tradicionais do serviço social foi também propiciado pelo amadurecimento de setores da categoria, pela sua relação com outros profissionais, com usuários e com instâncias políticas e organizativas. O conjunto desses elementos repercutiu no campo profissional, resultando, de um lado, em críticas e desprestígio à prática tradicional e, de outro, refletindo diferenças entre os assistentes sociais que se reivindicavam ligados às novas exigências da realidade social e profissional, notadamente aqueles vinculados às propostas do DC. Nesse percurso, constatou-se um duplo e paralelo movimento: a crescente valorização do trabalho comunitário e a crítica ao serviço social tradicional.

Situando a instrumentalidade no contexto da renovação profissional à implementação das Diretrizes Curriculares de 1996

Em meados dos anos 60 e inícios dos anos 70, quando as conjunturas brasileira e latino-americana eram fortemente pressionadas por uma conexão entre uma autocracia burguesa e um governo militar ditatorial, os assistentes sociais impulsionaram um movimento que realizou uma análise crítica sobre a formação e o exercício profissional no contexto de suas realidades nacionais. Esse processo não representou um movimento particular e isolado, ao contrário, foi resultado, da combinação de determinações da conjuntura social, política e econômica da América Latina que se convencionou chamar de Movimento de Reconceituação do serviço social.

O Movimento de Reconceituação, ocorrido no Brasil de 1965 até meados dos anos 70, foi crucial para instigar a renovação no campo profissional. Foi a partir desse movimento, que se explicitaram e “se confrontaram diferentes tendências para a profissão, quer do ponto de vista de seus fundamentos teórico-metodológicos, quer do ponto de vista de sua intervenção social” (YAZBEK, 2009, p. 145).

Não obstante, esse processo de reflexão e de crítica sobre o serviço social apresentou contradições no âmbito da categoria, cujas expressões apontaram diferentes posições no contexto da renovação profissional no Brasil.

Netto (2001), ao efetuar uma exaustiva análise da gênese, do desenvolvimento e da crise da autocracia burguesa no país, aponta os caminhos da renovação empreendida pelo serviço social naquele período. Dessa forma, afirma que, diante do processo de erosão do serviço social tradicional, a reflexão no âmbito profissional desenvolveu-se diferencialmente, quer cronológica, quer teoricamente, em três direções principais constitutivas desse percurso: de modernização, de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura.

A primeira direção, de acordo com o autor, conformou uma perspectiva modernizadora para a profissão, empenhando-se em adequá-la como instrumento de intervenção inserido no conjunto de técnicas a ser operacionalizado no contexto das estratégias do desenvolvimento capitalista. O auge de sua formulação localiza-se na segunda metade dos anos 60, sendo os textos produzidos nos Seminários de Araxá e de Teresópolis expressões emblemáticas de suas ideias.

A vertente modernizadora, caracterizada pela incorporação das abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, propunha a melhoria da sociedade pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza. Para tanto, buscava subsídios na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais (Yazbek, 2009).

José Lucena Dantas foi, entre outros, um profissional de referência dessa vertente. Para ele, a definição de um modelo de prática profissional adequado à realidade brasileira dependeria da resolução da questão metodológica no âmbito da profissão. Em outros termos: acreditava que acertando na metodologia, acertar-se-ia nas respostas aos problemas colocados ao serviço social. Dantas pensava a profissão como ciência e técnica social. Como um modo organizado e sistemático de prestação de serviços. Dizia que:

Serviço Social científico ou profissional é o conjunto de conhecimentos científicos e técnicas psicológicas e sociológicas aplicadas através do processo de ajuda social a solução das situações-problemas ocorrentes na área da existência social humana em suas esferas sócio-econômica, psicossocial, sócio-cultural e societal. Por ser o Serviço Social de natureza prática, torna-se evidente que isto implica uma relação de interação entre pessoas, daí resultando um conceito básico do modelo: o da relação prática de ajuda (DANTAS, 1974, p. 34).

Assim, entendia que o objeto de trabalho do serviço social localizava-se nas situações sociais-problema, sendo essas solucionadas por meio de diferentes formas de intervenção profissional: prática clínica, administração e planejamento de serviços sociais.

A concepção científica de prática profissional encetada pelo autor circunscrevia-se a uma intervenção metódica sobre tais situações através do estabelecimento de conexões imediatas na vida social. Por isso, Netto afirma que a concepção de prática profissional apresentada por ele “surge como uma racionalidade manipuladora, aquela que não pode senão tomar a forma de uma sequência de passos que ordena a manipulação da mesma” (NETTO, 2001, p. 190).

Ademais, nas formulações propostas por Dantas, as questões de natureza político-ideológica eram escamoteadas pela ênfase dada por ele ao terreno da instrumentação técnico-profissional. Ainda que buscasse corrigir as situações sociais-problema através de modelos interventivos, o trabalho profissional, sob esse prisma, caracterizava-se por ações pontuais e individualistas, dado que o foco interventivo centrava-se no sujeito e em suas questões particulares.

Diante disso, lembra Netto (2001), embora, seja de fácil registro a filiação de Dantas à tradição neopositivista, ele forneceu respostas às demandas que se colocavam no processo renovador: a requisição de uma fundamentação científica para o serviço social e a construção de alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais. No entanto, a ênfase de suas formulações movia-se dos fins para os meios, outorgando ao serviço social um caráter tecnicista, ou seja, uma supervalorização dos aspectos técnicos da profissão, em detrimento dos seus aspectos teóricos e políticos. Logo, na produção da vertente modernizadora o que predominava:

(...) não são teorias, valores, fins e legitimidade (antes, esses componentes são dados como tácitos), mas sim a determinação de *formas instrumentais* capazes de garantir uma *eficácia* da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucional-organizacional. Em Araxá, coroa-se uma indicação no *sentido sociotécnico* do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a *operacionalidade* desse sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnicoburocrática. (NETTO, 2001, p.190)

Esse período foi marcado, segundo Guerra (2000), pela tendência ao chamado metodologismo e instrumentalismo no campo profissional. Encontrava-se no seu interior o entendimento de competência profissional como resultado da habilidade no uso do instrumental técnico, redundando numa preocupação excessiva com a questão da metodologia. Tal direção, segundo Guerra (2000, p. 28), converteu o saber “num sistema de referência metodológica que objetivava a manipulação técnica, um saber objetivamente formal (e não intencional) e tecnicamente aproveitável”.

No âmbito dessa vertente, os assistentes sociais reivindicavam um modelo de atuação profissional que respondesse às problemáticas da realidade nacional. Desse modo, desenvolviam ações articuladas à política nacional desenvolvimentista, na perspectiva de oferecer suporte a essas.

O mercado que se abriu ao serviço social, parametrizado pelas requisições da ordem monopólica e premido pela racionalidade burocrática, reclamou da profissão novos procedimentos de trabalho. Exigiu-se, para tanto, a compatibilização do desempenho profissional com as normas, rotinas e finalidades provindas dessa racionalidade. Ou seja, esse mercado demandou um profissional moderno e racional (Netto, 2001).

Os procedimentos ditos racionais, estruturados em conhecimentos técnico-científicos requeridos pela lógica capitalista, foram incorporados pelo serviço social com o propósito de atender as requisições que se colocavam nesse momento histórico. O trabalho do assistente social era realizado no sentido de mudança dos sujeitos com vistas à sua estabilidade pessoal e à sua integração social. Assim, no âmbito organizacional, cabia ao profissional intervir junto aos sujeitos que apresentavam necessidades diversas. Com efeito, na esteira funcionalista, a proposta era a de deslocar essas dificuldades para o campo pessoal ou familiar, adequando-as aos recursos organizacionais.

No que toca ao plano externo, a expansão do mercado de trabalho para o serviço social, especialmente nas organizações patronais e nas grandes empresas, impulsionou progressivamente o deslocamento da atuação profissional do âmbito Igreja-Família para o âmbito Estado-Escola-Indústria-Família. A formação cristã humanista do assistente social incorporou-se ao caráter social organizacional, consolidando as chamadas práticas educativas. Nestas, as qualidades e virtudes humanas eram potencializadas a fim de promover o

desenvolvimento pessoal dos sujeitos. Em consequência, o viés doutrinário da formação profissional foi sendo substituído pelo viés técnico-científico.

Já a segunda direção do processo de renovação profissional, identificada por Netto (2001) como reatualização do conservadorismo, foi, segundo o autor, a vertente que se caracterizou menos afeta a mudanças que se colocaram nesse contexto. Essa direção recuperou os componentes da herança conservadora do serviço social, mostrando-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico de sua intervenção.

Inspirada na fenomenologia, a perspectiva de reatualização do conservadorismo contou com a expressiva contribuição de Anna Augusta de Almeida. Em suas elaborações, a autora desenvolveu uma proposta de intervenção profissional, denominada “Metodologia Dialógica”, pautada em preceitos fenomenológicos e personalistas apoiadas especialmente nas ideias de Emmanuel Mounier (1905-1950), fundador do movimento personalista e do filósofo Paul-Louis Landsberg (1901-1944), seguidor da fenomenologia.

Almeida (1980, p. 63) dizia que a prática do serviço social na perspectiva da Metodologia Dialógica comportava “um estilo próprio, singular de trabalhar ‘algo’ que necessita de uma ‘ajuda social’”. Este “algo” nas ideias da autora era entendido “como uma situação existencial problemática (SEP) significando um modo de ser-em-situação” (ibidem, p. 63). Dentro desse enfoque, o trabalho profissional deveria ser pautado no diálogo e a partir das situações experienciadas pelos sujeitos, ou seja, do modo como esses viviam e sentiam as experiências. No âmbito do serviço social, essa vertente priorizou as concepções de pessoa, de diálogo e de transformação, cuja articulação constituía a metodologia proposta por Almeida, na qual colocava a profissão na alçada da ajuda social. Essas ideias, expressas primeiramente em sua tese de livre docência no ano de 1978, ganharam repercussão no marco dos Seminários de Sumaré e do Alto de Boa Vista.

Porquanto, no plano da auto-representação profissional, essa perspectiva preservou por considerável tempo um cariz emblemático, procurando sustentar o tradicionalismo no debate profissional. Ao passo que no espaço da prática institucional “seu fôlego profissional-operativo foi curto. A culpa, se existe, não é dos seus formuladores: é da dinâmica mesma das relações sociais tomadas em sua teimosa objetividade” (NETTO, 2001, p. 246).

A conjuntura nacional – na época marcada pelo declínio do ciclo autocrático burguês, aliada à existência de um clima de efervescência nas universidades, dada à crise da ditadura no país, bem como pelas precárias condições de trabalho dos assistentes sociais e pela inserção na base profissional das camadas médias urbanas – foram fatores que contribuíram para os questionamentos das primeiras vertentes (modernizadora e reatualizadora do conservadorismo) que animaram o processo de renovação do serviço social no Brasil.

A terceira direção desse processo, que Netto convencionou chamar de ‘intenção de ruptura’, diferentemente das anteriores, obteve como substrato nuclear uma crítica sistemática ao serviço social tradicional e a construção de uma proposta profissional de base marxista.

Essa direção tomou mais consistência, principalmente, através das elaborações de quadros docentes e de profissionais cuja formação ocorreu no período entre o golpe do Estado de 1964 e a decretação do AI-5. Suas ideias iniciais foram explicitadas nos anos de 1972 a 1975 por um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Num momento posterior, o conteúdo dessa iniciativa ficou impresso no documento intitulado Método Belo Horizonte.

Os assistentes sociais que participaram desse movimento elaboraram uma crítica ao serviço social tradicional, propondo uma alternativa que visava romper com os suportes teóricos do legado conservador, a partir das premissas da teoria marxista – embora inicialmente com uma série de imprecisões, decorrentes da apreensão do “marxismo vulgar” ou ainda do “marxismo sem Marx”.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, {...} que se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (YAZBEK, 2009, p. 149).

Dentre os principais problemas constatados no Método Belo Horizonte, inspirado nas formulações maoístas e althusserianas, Netto (2001) destacou a errônea concepção de prática entendida por essa direção como produtora de conhecimentos e a concepção de teoria como conhecimento científico do mundo ou, ainda, como sistematização desses conhecimentos. Contudo, salienta o autor, em que pese os questionamentos, as formulações da equipe que construiu o Método Belo Horizonte foram as únicas proposta que, diante das demais, avançaram nas elaborações teórico-políticas no campo profissional. A partir de então, gestaram-se as possibilidades de construção de um conhecimento crítico no serviço social.

Ressalta-se, portanto, que foi na década de 80 que a perspectiva de intenção de ruptura atingiu sua maioridade intelectual. As bases sociopolíticas de sua consolidação repousaram nas lutas pela democratização da sociedade brasileira, com o protagonismo do movimento operário e sindical e com a apropriação, pelo serviço social, do legado marxiano, contribuição dada fundamentalmente por Yamamoto e Carvalho (1982).

A expressiva contribuição desta obra está na releitura acerca da origem e da institucionalização do Serviço Social no Brasil, sustentadas na proposta urbano-industrial impulsionada pelo Estado brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas (1930), na modernização do trabalho leigo católico e no aprofundamento da questão social advinda das contradições entre capital e trabalho.

Esse processo gerou no circuito profissional uma cultura de fortalecimento da orientação marxista enquanto direção hegemônica, embora com o reconhecimento da pluralidade intrínseca a qualquer profissão, através do respeito às diferentes correntes profissionais e suas expressões teóricas.

Nesse percurso de revigoramento da produção teórica profissional, destaca-se igualmente o surgimento, nos anos 80, dos cursos de pós-graduação no Brasil; o reconhecimento da área do serviço social pelas agências de fomento CNPq e CAPES, como campo específico de pesquisa; os eventos acadêmicos, congressos, convenções, encontros e seminários ocorridos nessa década e a construção do novo currículo de 1982.

Assim, pode-se afirmar que a direção de intenção de ruptura colocou a teoria marxista no centro do debate profissional e, expressando-se por uma racionalidade crítica, apontou novos elementos que permitiram analisar os instrumentais do "Serviço Social constituído por uma dimensão política, sobre a unidade entre teoria e prática a partir de uma visão de totalidade" (SANTOS, 2006, p. 51). Anteriormente ao processo de renovação profissional, os instrumentos e as técnicas eram

(...) compreendidos como maneiras próprias de conduzir a ação, que correspondiam basicamente a regras formais e procedimentos previamente estipulados, acabando por normatizar o agir profissional. Posteriormente, no ano que se refere ao movimento de reconceituação da América Latina, vemos uma grande alteração com esta perspectiva, posicionando-se os profissionais de maneira contundentemente crítica (SARMENTO, 1994, p. 210).

Foi, portanto, no contexto da renovação profissional, particularmente, após a consolidação da direção de ruptura, que a discussão sobre a instrumentalidade recebeu uma abordagem teórico-política, negando a suposta neutralidade na sua utilização - ideia defendida pela razão instrumental². Dessa forma, foi precisamente a partir de suas matrizes,

(...) que se pôde colocar o rol de inquietudes relativas ao processo histórico do Serviço Social, sua relação com as estratégias de classe e o poder condensado no Estado, sua articulação com as várias construções ideológicas e seu processamento como prática profissional no âmbito de instituições sociais determinadas. A requisição que dela derivou – a do assistente social como um tipo particular de *intellectual* – colaborou decisivamente para girar a face do profissional, propondo-o, ademais de um agente técnico especializado, como um protagonista voltado para o conhecimento dos seus papéis sociopolítico e profissional, envolvendo exigências teóricas mais rigorosas (NETTO, 2001, p. 302)

Entre outros feitos, cabe destacar que a direção de intenção de ruptura contribuiu para um debate crítico sobre a formação e o exercício profissional. Esse debate expressou-se em nível nacional, através de um quadro organizativo de assistentes sociais, coordenado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, hoje ABEPSS, com vistas a instituir um fórum de discussões sobre o projeto profissional, resultando na efetivação de um novo currículo aprovado em 1979 e referendado em 1982.

Evidenciou-se na nova proposta curricular a ruptura com a metodologia tradicional do serviço social, relativa a abordagens através de caso, grupo e comunidade. Concomitantemente, buscou-se realizar uma análise da profissão a partir do conhecimento da sociedade capitalista, no contexto das suas relações mais amplas, notadamente no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas diversas expressões. Posteriormente, esse currículo passou por um processo de revisão, culminando no currículo de 1996, vigente até os dias atuais.

Dentre as problematizações do currículo de 1996, chamou-se atenção para o caráter político da instrumentalidade profissional, com a clara orientação de que o seu ensino deve ocorrer para além da sua operacionalidade, visto que não é o “instrumental que, pura e simplesmente, irá determinar o paradigma que orienta uma produção, mas a articulação entre conteúdo e forma, como unidade dialética que lhe dará sentido” (PRATES, 2003, p. 12). Assim, o que fazer, por que fazer e para que fazer devem articular-se ao como fazer da profissão.

Ao adotar o marxismo como referência analítica³, o Serviço Social ampliou suas competências teóricas, investigativas, políticas e operativas. Desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua formação, de sua história, de sua intervenção e, especialmente acerca da realidade econômica, política, social e cultural onde se inscreve como profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Embora os avanços e acúmulos conquistados nessas últimas décadas tenham legitimado o Serviço Social como uma profissão madura e consolidada na sociedade brasileira, os anos 90 e 2000 foram emblemáticos, colocando inúmeros desafios à profissão.

No Brasil, a exponenciação da questão social a partir dos anos 90, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva, nos limites da ideologia neoliberal, determinou uma inflexão no campo profissional em decorrência das novas demandas colocadas pelo “reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado de trabalho” (ABEPSS, 1998, p. 5).

A crise atual do capital e as transformações no mundo do trabalho instituíram profundas redefinições na sociedade, no Estado e nas políticas sociais, refletindo nos processos de trabalho dos assistentes sociais. Em tempos de mundialização do capital, de precarização do trabalho e da vida, de alienação generalizada, tem-se o desafio de enfrentar, nos termos de Chauí (2003) uma Universidade operacional, cada vez mais utilitarista, com exigências de um mercado de trabalho competitivo e agressivo que demanda um trabalhador apto à reprodução de tarefas, normas e procedimentos.

É nesse contexto que se insere a formação e o exercício profissional do assistente social, revelando o nível de complexidade que marca a profissão neste tempo presente, exigindo competência e resistência dos profissionais para enfrentá-los e, ao mesmo tempo, demandando a ampliação de conhecimentos para empreender ações na direção do projeto ético-político. Daí Netto (1996) lembrar que esse cenário exige dos profissionais coragem cívica e intelectual para consolidar suas normativas e seus princípios.

Ressalta-se que no âmbito da formação não são poucos e nem simples os problemas que a envolvem, dentre eles, a lógica de empresariamento da educação, a implementação massiva do ensino a distância (sem critério e sem qualidade), a intensificação da exploração docente e a precarização das condições de trabalho dos profissionais e de aprendizagem dos alunos.

A atual configuração do ensino, segundo Chauí (2003), tem transformado a Universidade - uma instituição social tradicionalmente voltada para a universalidade, que tem como referência a sociedade e seus valores em uma organização social orientada sob o prisma da “Universidade Operacional”. Ao ser transformada em organização social, essa universidade torna-se referência de si mesma, estruturada por normas e padrões “inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual” (CHAUI, 2003, p. 3).

No âmbito interventivo, o assistente social vivencia um processo de precarização e de burocratização nas suas condições e relações de trabalho, de limitação em sua autonomia e em sua criatividade profissional. Atrelado a esse processo, lida cotidianamente com o sucateamento das políticas públicas e com os poucos recursos para o desenvolvimento de suas atividades laborais e para a efetivação dos direitos sociais dos usuários.

Essa realidade confirma, na verdade, a ampliação das desigualdades decorrentes da questão social, que se operam por meio de múltiplas mediações em demandas para a profissão. As respostas a essas demandas dependem de um conjunto de fatores, dentre eles, dos serviços, bens e recursos disponíveis para o atendimento das necessidades dos usuários e das competências e habilidades profissionais, isso é, do seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Aqui entra o domínio das políticas, das legislações, da instrumentalidade profissional, e, essencialmente, o domínio de um referencial teórico que possibilite ao profissional analisar criticamente a realidade social. Sem a apropriação deste referencial, o assistente social não terá condições objetivas de captar as possibilidades de ação contidas nessa realidade, de analisar a sociedade em sua historicidade, nem tampouco de desvendar o funcionamento do sistema capitalista, suas crises e seus desdobramentos na vida social.

O trabalho do assistente social requer apreensões intelectivas que possibilitem a análise crítica da realidade social e a construção de mediações para concretizar a práxis profissional. Sem consciência crítica e sem recursos teóricos, políticos e técnicos necessários para assimilar e responder à lógica capitalista, não se trabalhará na direção do projeto ético-político profissional.

Considerações finais

Depreende-se diante das reflexões construídas neste artigo que, no processo histórico do serviço social brasileiro, a instrumentalidade profissional assumiu concepções e formas operativas distintas. Pode-se dizer, segundo Guerra (2000), que dos primórdios da profissão à década de 70, o debate e a utilização da instrumentalidade pautavam-se na concepção tecnicista presente na herança conservadora que sustentou hegemonicamente o referencial teórico do serviço social nesse período. Tal perspectiva apontava para a eficácia e a eficiência no uso da instrumentalidade: eram os resultados imediatos do trabalho profissional que conferiam legitimidade e reconhecimento à profissão.

A recusa e crítica a essa tendência inicia-se no contexto da renovação profissional, particularmente após a consolidação da direção de intenção de ruptura que, ancorada na vertente marxiana, apontou elementos que contribuíram para uma análise de totalidade acerca da instrumentalidade profissional e do próprio Serviço Social.

Foi nos marcos desse processo que se construiu uma nova proposta de formação profissional, expressa inicialmente no currículo de 1982, e posteriormente nas Diretrizes Curriculares de 1996. A revisão curricular atrelou-se à necessidade de pensar a profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, particularizando sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, reconhecendo o assistente social como um trabalhador assalariado.

Não são poucas e nem simples as demandas que se colocam ao Serviço Social na contemporaneidade. Saturadas de dificuldades e de contradições, requerem intervenções qualificadas. Para construí-las, isto é, para assimilar e responder à lógica da organização social capitalista – com vistas a uma intervenção crítica e compromissada com a perspectiva emancipatória do projeto ético-político do serviço social – é fundamental dispor de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Sem a apropriação desse conjunto de conhecimentos, não se trabalhará na direção do fortalecimento dos direitos sociais.

Referências bibliográficas

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS EM EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidades e limites da teoria do serviço social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Desenvolvimento de Comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade ao planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1976.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, Set.-Dez., 2003.

DANTAS, José Lucena. A teoria metodológica do Serviço Social: uma abordagem sistêmica. **Debates Sociais**. Rio de Janeiro, abr.1974.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano XX, n. 62, p. 5-34, mar. 2000.

HAMILTON, Gordon. **Teoria e prática do serviço social de casos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KONOPKA, Gisela. **Serviço social de grupo: um processo de ajuda**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. *O capital* (Crítica da economia política). São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, v. 1. (I. A mercadoria; V. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia.)

NETTO, JOSÉ PAULO. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social & Sociedade n 50. São Paulo: Cortez, 1996.

PRATES, Jane Cruz. Possibilidades de Mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUC-RS, 2003

RICHMOND, Mary. *Caso social individual*. Buenos Aires: Humanitas, 1978. Cap. 4, p. 60-83.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. 1994, 312f. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço social da PUC/SP. In: Serviço Social e Sociedade n. 14. São Paulo, Cortez, 1984

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Curso de Especialização Serviço Social. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.125-142.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: Curso de Especialização Serviço Social. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.143-163.

NOTAS

¹ A pesquisa bibliográfica permite estabelecer critérios de seleção das produções, como identificação, localização e período, e tem como objetivo oferecer insumos para reflexão sobre o tema pesquisado, evidenciando o que já se sabe a respeito do assunto, as principais lacunas e onde se encontram os entraves teóricos ou metodológicos. Segundo Gil (1999, p.48), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

² No capitalismo, a razão é direcionada a sua dimensão instrumental, limitada a operações formais e abstratas e a práticas fragmentadas, descontextualizadas da totalidade da vida social. Por isso, essa dimensão da racionalidade é funcional à manutenção da ordem burguesa.

³ Tal interlocução – embora não seja a única no campo do Serviço Social – vem sendo aprimorada e sistematizada nas diversas produções (livros, artigos, produções acadêmicas, comunicações de congressos, seminários e encontros de pesquisadores).